

# EPISCOPADO CRISTÃO PRIMITIVO E AUTORIDADE PRAGMÁTICA NOS ATOS DOS APÓSTOLOS: UM ESTUDO A PARTIR DE CLAUDIA RAPP

*Pedro Luís de Toledo Piza<sup>1</sup>*

RESUMO: O presente texto tem como objetivo colocar em discussão a variedade de concepções acerca do ofício episcopal cristão no século I d.C., considerando a visão de Claudia Rapp de que esse ofício comportaria, no período citado, apenas uma função de administração dos bens materiais da comunidade. Para tanto, analiso a definição de ofício episcopal presente no livro dos Atos dos Apóstolos para questionar a universalidade de tal configuração entre as primeiras gerações cristãs.

PALAVRAS-CHAVE: Atos dos Apóstolos, Episcopado, Claudia Rapp.

ABSTRACT: The present text aims to put under discussion the variety of conceptions about the Christian episcopal office in the first century C.E., considering Claudia Rapp's view that this office bore, during the period in question, only an administrative function regarding the community's material goods. With this aim, I analyze the definition of the episcopal office given in the book of the Acts of the Apostles to question the universality of such configuration among the first Christian generations.

KEYWORDS: Acts of the Apostles, Episcopate, Claudia Rapp.

Em sua obra *The Early Church*, W. H. C. Frend diz que “os anos que se seguiram à queda de Jerusalém estão entre os mais obscuros da vida da Igreja primitiva” (FRIEND, 1991, p. 35). De fato, a escassez de documentos cristãos ou referentes ao cristianismo nesse período impõe severas limitações para o pesquisador, ao mesmo tempo que abre espaço para que alguns estudiosos façam reconstruções variadas de como seria a vida dos seguidores de Cristo, como se dariam suas relações com a pólis e com o Império Romano, quais seriam as dinâmicas culturais por trás do desenvolvimento de tal e tal rito ou de certo conjunto de doutrinas. Um dos pontos debatidos neste contexto é a organização dos ministérios dentro da Igreja local e a ascensão do episcopado como centro de autoridade, ao redor do qual gravita toda a vida eclesial. Vários modelos explicativos já foram formulados em torno deste tema.<sup>2</sup> Um dos mais

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e bolsista FAPESP e membro do Leir-MA- USP.

<sup>2</sup> Vale notar, porém, que a maioria das reconstruções citadas se encontra em trabalhos de escopo muito abrangente que não se focam no tema, tratando-o brevemente. Os próprios Frend e Chadwick, citados neste artigo, podem ser considerados exemplos neste sentido (ver FRIEND, 1985: 139-141 e CHADWICK, 1967, p. 45-53).

recentes é de autoria da historiadora alemã da Universidade de Viena, Claudia Rapp, que, em sua obra *Holy Bishops in Late Antiquity: The Nature of Christian Leadership in an Age of Transition*, argumenta que, ao longo dos primeiros séculos do cristianismo, o episcopado cristão acumulou para o seu ofício três formas de autoridade: pragmática, espiritual e ascética (RAPP, 2005, p. 24). Segundo esse modelo, o episcopado do primeiro século teria uma natureza administrativa, organizando os bens da Igreja e garantindo sua redistribuição para os mais necessitados da comunidade (RAPP, 2005, p. 25). Contudo, existem documentos cristãos do mesmo período que parecem questionar a universalidade de tal configuração do episcopado, colocando a questão da própria variedade de concepções acerca da função do ἐπίσκοπος cristão existente no primeiro século d.C., perspectiva da qual já havia se aproximado o renomado historiador inglês Henry Chadwick (CHADWICK, 1967, p. 51). Buscarei no presente artigo elaborar tal questionamento com base na análise de um documento fundamental para o contato com as primeiras décadas de existência do cristianismo: os Atos dos Apóstolos.

Antes de tudo, convém debruçarmo-nos sobre a caracterização feita por Rapp de cada categoria de autoridade anteriormente mencionada. Começemos pela espiritual. Fundando-se nos escritores cristãos do Império Romano tardio, Rapp caracteriza a autoridade espiritual como possuindo uma fonte externa ao indivíduo, não dependendo de qualquer esforço por parte de seu portador, mas unicamente de sua origem primeira, a saber, o Espírito de Deus. Todas estas características garantem a autossuficiência de tal forma de autoridade, sendo independente do reconhecimento de outras pessoas (RAPP, 2005, p. 16). Além da autoridade espiritual, Rapp nos apresenta também a categoria de autoridade ascética, que, diferentemente do caso citado logo antes, possui sua fonte nos esforços do indivíduo para levar uma vida virtuosa por meio da submissão do próprio corpo. A própria fonte individual garante que tal autoridade seja acessível a todos, sendo ao mesmo tempo visível por todos, dependendo mesmo de seu reconhecimento por terceiros, na medida em que seu portador a torna evidente por intermédio de sua aparência, estilo de vida e conduta (RAPP, 2005, p. 17).<sup>3</sup> Em terceiro lugar, a autora nos introduz à terceira categoria de

---

<sup>3</sup> Rapp reconhece que sua categoria de autoridade ascética está intimamente ligada ao conceito weberiano de carisma. No entanto, a autora justifica sua opção por não usar um conceito de

autoridade com a qual trabalha (e a que nos interessará particularmente neste trabalho): a pragmática. A autoridade pragmática derivaria das ações do indivíduo em benefício de outras pessoas, sendo tais ações sempre públicas. A autoridade pragmática não dependeria de um toque do Espírito ou de um esforço ascético pessoal, mas sim da posição social de seu portador, que necessitaria dos meios para efetuar o bem público por meio de suas ações. Por outro lado, o reconhecimento de tal categoria de autoridade estaria atrelado à extensão e ao sucesso das atitudes de seu portador (RAPP, 2005, p. 17).

Cumprido notar que, para Rapp, as três categorias de autoridade não são identificadas no ofício episcopal cristão desde seu surgimento. Pelo contrário, conforme o ministério se desenvolve, ganhando corpo e centralidade na comunidade cristã, o alcance de sua influência também se expande na medida em que vai acumulando em sua atividade as três formas de autoridade, começando como uma função de natureza administrativa em uma comunidade religiosa (uma entre tantas na cidade) até se tornar uma autoridade de destaque no ambiente urbano. Desse modo, o ofício administrativo expresso pelo verbo grego ἐπισκοπεῖν (“supervisionar” ou “administrar”) vem a englobar também um caráter espiritual de autoridade durante o século II, união esta que só poderia ser mantida por um novo componente, a saber, as virtudes pessoais que expressam uma autoridade ascética (RAPP, 2005, p. 24). A conclusão lógica desse esquema é de que o episcopado cristão no primeiro século não tinha responsabilidades vinculadas ao ensino e pregação e ao culto cristão, mas apenas funções relativas ao cuidado com os bens da comunidade cristã, supervisionando as doações feitas por membros e sua distribuição entre os mais necessitados, como as viúvas, por exemplo. (RAPP, 2005, p. 25).

Para fundamentar sua tese, Rapp utiliza basicamente três fontes: a Primeira Carta de Paulo a Timóteo, a *Didache* ou “Instrução dos Doze Apóstolos” e as sete cartas de Inácio de Antioquia. A primeira, uma carta paulina geralmente considerada um documento pseudoepígrafo escrito em algum momento entre o último terço do século I e o começo do século II d. C. (BROWN, 1984, p. 31; TREBILCO, 2004, p. 202; KOESTER, 2012, p. 318;

---

“autoridade carismática” com o argumento de que, baseado em uma leitura weberiana, ele estaria sempre em contraposição a uma autoridade institucionalizada. Rapp, por sua conta, busca provar com seu trabalho que um número cada vez maior de bispos tardo-antigos opta por uma convivência entre sua função episcopal, já uma instituição reconhecida no Império, e a vida ascética, sendo ela eremítica ou cenobítica (RAPP, 2005, p. 17).

WILD, 2011, p. 634-635), preceitua uma série de condições para que um membro da comunidade cristã exerça a função episcopal, dentre as quais várias aparentam ser de natureza administrativa. Em determinado momento, o autor afirma ser necessário que o candidato a ἐπίσκοπος “[...] saiba governar bem a própria casa, mantendo os filhos na submissão, com toda a dignidade. Pois se alguém não sabe governar bem a própria casa, como cuidará da Igreja de Deus?” (1Tm 3,4-5).

Destacando esse trecho da carta paulina, a autora também chama a atenção para o fato de que a *Didache*, uma espécie de ordenamento eclesiástico anônimo do último terço do século I, recomenda a seus destinatários o apontamento de bispos (ἐπίσκοποι) e diáconos para a comunidade, que devem ter a honra dos aparentemente mais valorizados profetas e doutores (*Didache* 15.1-2). O fato de bispos e diáconos serem nomeados conjuntamente leva Rapp a considerar que, para o autor do documento, os dois ofícios possuiriam caráter administrativo (RAPP, 2005, p. 26). Com base nos dois documentos citados, fica claro para a autora que, na era apostólica, “o *epískopos* não era nada além de um oficial administrativo” (RAPP, 2005, p. 24) e que seria necessário esperar pelas cartas de Inácio de Antioquia (escritas em algum momento nas primeiras duas décadas do século II) para se encontrar a defesa de um episcopado cristão que teria funções pastorais e litúrgicas, além das administrativas (RAPP, 2005: 28).

Dessa forma, Rapp fecha um modelo que lhe garante a escrita da história do desenvolvimento do ministério episcopal em um amplo recorte cronológico, abrangendo ambos os períodos do Alto Império e da Antiguidade Tardia. A vastidão de sua obra, contudo, não lhe garante o domínio de todos os contextos particulares, principalmente no que tange os primórdios do ofício episcopal, cuja variedade funcional no primeiro século é sacrificada em prol do modelo de acúmulo das formas de autoridade, que tem em Inácio de Antioquia o grande fundador do episcopado cristão tal qual é hoje conhecido.<sup>4</sup> Em outras palavras, para garantir a coerência de sua narrativa, Rapp ignora a diversidade de representações do episcopado antigo na documentação do século I, sendo que, em alguns casos, nenhuma função administrativa lhes é atribuída. É o caso

---

<sup>4</sup> De fato, Rapp só aceitará alternar do termo grego *epískopos* para a palavra “bispo” (em inglês: *bishop*) quando analisar as cartas de Inácio (RAPP, 2005, p. 27).

do documento que será objeto de nossa análise no presente artigo: os Atos dos Apóstolos, uma obra anônima das últimas décadas do século I com autoria tradicionalmente conferida a Lucas, um colaborador do apóstolo Paulo (cf. Filêmon 24; Colossenses 4,14; 2 Timóteo 4,11).<sup>5</sup>

Creio que uma longa introdução aos Atos dos Apóstolos seja desnecessária, com a existência de tantos trabalhos de grande qualidade a respeito.<sup>6</sup> Basta-nos ter em mente que o referido documento é o segundo volume de uma obra maior, que conta com o Evangelho de Lucas como primeira parte (normalmente referida simplesmente como “Lucas-Atos”, ou, como prefere Marguerat, *Ad Theophilum*, considerando a misteriosa pessoa a quem o autor dedica seu trabalho (cf. MARGUERAT, 2003, p. 55). Alguns autores, como Fitzmeyer e Marguerat, consideram-na uma “história” ou uma “monografia histórica” (FITZMYER, 2010, p. 48; MARGUERAT, 2003, p. 13-35), que tem por objetivo narrar, segundo as palavras do autor, “os fatos que se cumpriram entre nós – conforme no-los transmitiram os que, desde o princípio, foram testemunhas oculares e ministros da Palavra [...]” (Lucas 1,1). Estes fatos relatados são, basicamente, a vida e o ministério de Jesus de Nazaré, no primeiro volume, e a constituição das primeiras igrejas cristãs e a difusão da “Palavra” desde Jerusalém até Roma, no segundo volume. Marguerat refere-se bem a essa obra dupla como um “relato sobre o começo” (MARGUERAT, 2003, p 37-51). A escolha dos Atos como documento a ser analisado deve-se, antes de tudo, ao próprio propósito de sua escrita, quando tomado em conjunto com o Evangelho: levar Teófilo e outros leitores ocasionais a verificar a “solidez dos ensinamentos” que receberam (Lucas 1,4), não apenas a solidez histórica, mas doutrinal. Em outras palavras, com sua obra, Lucas visa demonstrar aos seus leitores cristãos a solidez do ensinamento que estão recebendo em seus dias

---

<sup>5</sup> A primeira vez em que Lucas é apontado como autor do Evangelho e dos Atos dos Apóstolos é em documentos do século II d.C., como no prólogo antimarcionita ao Evangelho, em Irineu de Lyon (*Contra as heresias* 3.1.1; 3.14.1) e no Cânone Muratoriano. Existe um longo debate acadêmico acerca destes dados. Fitzmyer defende a autoria tradicional de Lucas, ainda que negue que este fosse um companheiro inseparável de Paulo (FITZMYER, 2010, p. 50). Koester recusa a autoria de um discípulo de Paulo, mas aceita que o autor poderia chamar-se Lucas, o que teria levado a uma conexão tradicional com o colaborador do apóstolo (KOESTER, 2012, p. 331). Marguerat nota as diferenças teológicas entre o autor de Atos e Paulo (MARGUERAT, 2003, p. 19). Por fim, Dillon mostra-se cético à ideia de que o autor fosse o tradicional ou mesmo que seu nome fosse Lucas (DILLON, 2011, p 310-311). Para facilitar a leitura, ou seja, por uma questão de mera conveniência para o desenvolvimento do texto, chamarei o autor pelo nome que lhe é tradicionalmente conferido.

<sup>6</sup> Para uma bibliografia extensa sobre os Atos dos Apóstolos, ver Dillon (2011, p. 309).

(FITZMEYER, 2010, p. 59). Dessa forma, apesar da utilidade considerável desse documento para o estudo da fundação do cristianismo, ele servirá de fonte mais sólida para a compreensão de qual era considerada, pelo autor, a forma de organização de ofícios comunitários mais condizente com o ensinamento que ele está transmitindo aos seus leitores. Em suma, a questão aqui é quais são as funções próprias dos episcopos cristãos segundo a narrativa histórica do autor.<sup>7</sup>

No presente artigo, como já dito, nos focaremos no segundo volume, sem, contudo, cometer o erro de desconsiderar a obra no seu todo: a separação das duas partes da obra no cânone da Bíblia não significa que ambas não formem uma unidade. Por vezes, ocorre de passagens dos Atos dos Apóstolos só poderem ser bem entendidas considerando-se episódios da vida de Jesus relatados por Lucas na primeira parte da obra. Um exemplo famoso é o do relato do martírio de Estêvão em Atos 6,8-7,60. As semelhanças entre essa narrativa e a do julgamento e morte de Jesus são numerosas: ambos os fatos se dão em Jerusalém, cidade de importância singular para Lucas (Lucas 18,31-33; Atos 1,12 e 6,2); tanto Estêvão quanto Jesus são julgados e levados à morte pelo Grande Sinédrio (embora no caso de Estêvão os chefes ajam mais diretamente: Lucas 22,66-71; Atos 6,15); em ambas as narrativas ocorre o tema do Filho do Homem à direita de Deus (Lucas 22,69; Atos 7,56); e, de forma mais destacada, Jesus e Estêvão perdoam os responsáveis por suas mortes e “entregam seu espírito” (Jesus ao “Pai” e Estêvão ao “Senhor Jesus”: Lucas 23,34.46; Atos 7,59-60). A questão vai para além da mera semelhança: os artifícios narrativos utilizados por Lucas têm por objetivo apresentar o discípulo seguindo ao mestre até na morte. Se Jesus morreu dando o testemunho e perdoadando os seus matadores, Estêvão apresenta-se como exemplo de que todo cristão é capaz de fazer o mesmo. Do mesmo modo, por vezes a caminhada do apóstolo Paulo para o sofrimento, ou seja, para a prisão e julgamento entre Jerusalém e Roma, será retratada por Lucas de forma muito semelhante ao próprio processo e execução

---

<sup>7</sup> Desse modo, não será o objetivo deste artigo analisar as funções dos episcopos cristãos na época de Paulo, o que exigiria uma análise mais prolongada, inclusive levantando a questão dos limites metodológicos na utilização dos Atos dos Apóstolos para tal fim. Para uma discussão das fontes utilizadas por Lucas, ver Fitzmyer (2010, p. 80-88). A opção pela análise dos Atos dos Apóstolos não ignora a existência de outros documentos que podem servir a uma discussão mais ampla acerca da variedade de representações das funções episcopais no primeiro século d.C. Um exemplo é o da já citada *Didache*, que, como visto, recomenda a escolha de bispos por parte da comunidade, deixando a entender que deveriam exercer as mesmas funções dos profetas e doutores itinerantes (*Didache*, 15.1-2). Ora, as funções destes pouco ou nada têm de caráter administrativo (cf. 11.7-12).

de Jesus. O apóstolo, assim, aproxima-se do mestre na medida em que seu sofrimento serve de veículo para a maior difusão da Palavra e, portanto, da salvação (comparar Lucas 22-23 e Atos 20-26).

Outro episódio dos Atos, de maior interesse para nós, utiliza-se deste mesmo meio narrativo. Assim como o mestre fizera com seus discípulos (Lucas 22,24-38), Paulo faz, em Mileto, um discurso que, apesar de ser o único dirigido aos próprios cristãos, faz parte do gênero literário antigo dos discursos de adeus (FITZMYER, 2010, p 674; TREBILCO, 2007, p. 176). Não se dirige o apóstolo, contudo, a todos os cristãos, mas somente aos “anciãos” ou “presbíteros” (οἱ πρεσβύτεροι) da igreja de Éfeso. Pela importância do discurso para o presente estudo, creio que convém reproduzi-lo na íntegra, tal qual se encontra em Atos 20, 17-35:<sup>8</sup>

De Mileto, [Paulo] mandou emissários a Éfeso para chamarem os anciãos (τοὺς πρεσβυτέρους) daquela igreja (τῆς ἐκκλησίας). Quando chegaram, assim lhes falou: ‘Vós bem sabeis como procedi para convosco todo o tempo, desde o primeiro dia em que cheguei à Ásia. Servi ao Senhor com toda a humildade, com lágrimas, e no meio de provações que me sobrevieram pelas ciladas dos judeus. E nada do que vos pudesse ser útil eu negligenciei de anunciar-vos e ensinar-vos, em público e pelas casas, conjurando judeus e gregos ao arrependimento diante de Deus e à fé em Jesus, nosso Senhor. Agora, acorrentado pelo Espírito, dirijo-me a Jerusalém, sem saber o que lá me sucederá. Senão que, de cidade em cidade, o Espírito Santo me adverte dizendo que me aguardam cadeias e tribulações. Mas de forma alguma considero minha vida preciosa a mim mesmo, contanto que leve a bom termo a minha carreira (τὸν δρόμον) e o ministério que recebi do Senhor Jesus: dar testemunho (διαμαρτύρασθαι) do Evangelho da graça de Deus. Agora, porém, estou certo de que não mais vereis minha face, vós todos entre os quais passei proclamando o Reino. Eis por que eu o atesto, hoje, diante de vós: estou puro do sangue de todos, pois não me esquivei de vos anunciar todo o desígnio de Deus para vós. Estai atentos a vós mesmos e a todo o rebanho: nele o Espírito Santo vos constituiu episcopos (ἐπισκόπους), para apascentar (ποιμαίνειν) a Igreja de Deus, que ele adquiriu para si pelo sangue do seu próprio Filho. Bem sei que, depois de minha partida, introduzir-se-ão entre vós lobos vorazes (λύκοι βαρεῖς) que não pouparão o rebanho. Mesmo do meio de vós surgirão alguns falando coisas pervertidas, para arrastarem atrás de si os discípulos. Vigiai, portanto, lembrados de que, durante três anos, dia e noite, não cessei de admoestar com lágrimas a cada um de vós. Agora, pois, recomendo-vos a Deus e à palavra de sua graça, que tem o poder de edificar e de vos dar a herança entre todos os santificados. De resto, não cobicei prata, ouro, ou vestes de ninguém: vós mesmos sabeis que, às minhas precisões e às de meus companheiros, proveram estas mãos. Em

---

<sup>8</sup> Nas citações de trechos bíblicos, foi utilizada a tradução para o português da Bíblia de Jerusalém, São Paulo: Paulus, 4ª imp, 2006.

tudo mostrei que é afadigando-nos assim que devemos ajudar os fracos, tendo presentes as palavras do Senhor Jesus, que disse: Há mais felicidade em dar que em receber’.

O discurso de Paulo relatado por Lucas é citado por Claudia Rapp (RAPP, 2005, p 25), que chama a atenção para o versículo 28 (“Estai atentos a vós mesmos [...]”) em que é dito que os presbíteros, constituídos episcopos pelo Espírito Santo, devem “apascentar” (ποιμαίνειν) a Igreja que lhes foi confiada, ou seja, a de Éfeso. A autora, no entanto, não desenvolve uma análise do discurso em si, deixando a entender, pelo contexto de sua narrativa, que a função pastoral relacionada ao episcopado por Lucas teria viés administrativo, relativo principalmente ao cuidado com os bens da Igreja e sua divisão entre os mais necessitados da comunidade. Convém, entretanto, que nos debrucemos mais atenciosamente sobre estes versículos da obra lucana para vermos como pretende o autor retratar o episcopado por meio do discurso de Paulo. De fato, neste artigo tomarei por pressuposto, seguindo a maioria dos comentadores modernos, de que não é segura a autoria propriamente paulina do discurso (FITZMYER, 2010, p. 675; TREBILCO, 2007, p. 176). Deve ser considerado, antes, uma construção do historiador Lucas, que, seguindo as regras estipuladas pelos historiadores clássicos, compunha os discursos de seus personagens conforme considerasse o mais próximo possível das palavras originais, tendo em vista construir um relato fidedigno, mas também mais conforme às visões do autor e ao ensinamento que ele vise transmitir (MARGUERAT, 2003, p. 28-30).

Mas, antes ainda de considerarmos o próprio discurso, precisamos perguntar: afinal, quem são esses “anciãos” (οἱ πρεσβύτεροι) aos quais Paulo se dirige? O primeiro trecho em que Lucas cita a existência de “anciãos” entre cristãos é Atos 11,30, sem especificar se estes eram apenas os membros mais velhos da comunidade de Jerusalém, ou diretores dela, ou ambos ao mesmo tempo. Apenas relata que receberam das mãos de Barnabé e Saulo as contribuições por parte da igreja de Antioquia em um período de fome sob o imperador Cláudio. Ainda tratando de Jerusalém, citará ambos em conjunto com os apóstolos na assembleia que discute a circuncisão entre os cristãos (15, 4.6.22-23) e na recepção a Paulo na casa de Tiago, logo antes da prisão do primeiro no Templo (21,18). Em nenhum momento, contudo, Lucas relata o surgimento destes anciãos como grupo dirigente fechado em Jerusalém, como o

faz com os próprios apóstolos no primeiro volume de sua obra (Lucas 6,12-16) e com os Sete, responsáveis pela repartição de bens entre os cristãos judeus helenistas (Atos 6,1-6). Por outro lado, quase sempre quando se refere ao Sinédrio que administra a cidade, o autor inclui junto aos “chefes dos sacerdotes” alguns “anciãos” (οἱ πρεσβύτεροι: Lucas 22,66; Atos 4,5; 6,12; 23,14). Estes Joachim Jeremias identifica com o que ele chama de “nobreza leiga” de Jerusalém, ou seja, a aristocracia hierosolmitana que não possuía ascendência sacerdotal, mas que contaria entre os leigos mais influentes por possuírem uma genealogia notável, o que lhes dava o privilégio de participar do Sinédrio junto com o Sumo Sacerdote e a aristocracia sacerdotal (JEREMIAS, 2010, p. 304). Lucas, portanto, pode deixar pressuposto em seu texto que os anciãos da igreja de Jerusalém exerciam papel ao menos semelhante ao de suas contrapartes na organização administrativa templária da cidade: não contavam entre o grupo fechado dos apóstolos, mas haviam sido realçados ao principal círculo de influência entre os cristãos de Jerusalém por motivos que nos são desconhecidos.

Outro, porém, é o caso dos anciãos cristãos fora de Jerusalém. A estes, Lucas se dedica a relatar a origem, ainda que brevemente e após citar os anciãos de Jerusalém pela primeira vez. Ao fim de sua primeira viagem de pregação, Paulo e Barnabé passam novamente pelas cidades nas quais haviam pregado e designam para as igrejas anciãos, que “confiam ao Senhor” após jejum e oração (Atos 14,23). O contexto é de violência. Lucas relata logo antes como Paulo havia sido apedrejado em Listra da Licaônia por instigação de judeus vindos de Antioquia da Pisídia e Icônio (14,19). Se retornam para os discípulos que haviam feito nestas cidades, é para “confirmar-lhes o coração” e “exortar-lhes a permanecer na fé”, dizendo-lhes que “é preciso passar por muitas tribulações para entrar no Reino de Deus” (14,22). Os anciãos nas igrejas paulinas parecem ser criados justamente para consolá-las no tempo em que essas tribulações chegarem e os apóstolos não estiverem por perto para prestar apoio.

No entanto, em que consiste a missão desses presbíteros? Se consolam, seria esta consolação material, como defende Claudia Rapp? Acaso os Atos dão, em algum ponto do relato, qualquer indicação de que os anciãos apontados por Paulo e Barnabé são responsáveis por cuidar dos bens da comunidade e de sua distribuição para os mais necessitados? Em suma, e utilizando as categorias

criadas por Rapp: Lucas afirma, em sua obra, a existência de uma autoridade pragmática por parte desses anciãos, que também são chamados de episcopos no discurso de Mileto? A partir de agora, é este último que questionaremos. De fato, sua importância para a discussão é grande principalmente por quatro motivos.

Em primeiro lugar, Atos é um dos documentos cristãos das últimas décadas do século I que identificam os presbíteros com os episcopos (ou bispos, forma mais comum na contemporaneidade). Esta identificação se dá no discurso exposto acima: o autor apresenta os anciãos (τοὺς πρεσβυτέρους) de Éfeso chegando a Mileto para encontrar-se com o apóstolo. Durante seu discurso, o Paulo lucano refere-se a esses mesmos anciãos como episcopos (ἐπισκόπους, no acusativo plural), claramente considerando que ambos os termos são, em sua visão, equivalentes. Como já dito, Lucas não é o único a expressar-se nesse sentido. Outro documento do mesmo período, a pseudoepígrafa Carta de Paulo a Tito faz a mesma equivalência entre os dois termos, em um trecho em que também se está tratando das funções dos ministros cristãos (Tito 1,5-9).<sup>9</sup> Outro documento da última década do século I, a Carta de Clemente aos Coríntios, faz também a mesma identificação (1 Clemente 44,1-6).<sup>10</sup> Dessa forma, o discurso do Paulo lucano em Mileto dirige-se a episcopos que são também tidos como anciãos (presbíteros) na comunidade, talvez por ser um cargo acessível, segundo o autor, apenas aos membros mais velhos.

Em segundo lugar, pelo fato, já anotado acima, de ser o único discurso de Paulo dirigido aos próprios cristãos. Mesmo entre outros personagens eminentes na narrativa lucana, como Pedro e Tiago, estes são raros, ocorrendo unicamente no chamado “concílio de Jerusalém”, relatado no capítulo 15. Os outros discursos são todos voltados para o público externo, possuindo finalidade puramente evangelizadora. Seu objetivo, na narrativa, é o de expor o ensinamento cristão sendo dirigido aos diversos públicos, com a força do Espírito Santo, desde os habitantes de Jerusalém até os atenienses no Areópago. Os discursos de Pedro e Tiago no capítulo 15, por sua parte, visam deixar clara a

---

<sup>9</sup> Para informações básicas acerca da Carta a Tito, ver KOESTER, 2012: 317-325. Para um comentário, ver Wild(2011, p. 634-642).

<sup>10</sup> Para uma breve introdução à 1 Clemente, ver Ehrman, (2003, p 18-30). Para um estudo mais aprofundado, ver Herron(2008).

concordância das figuras mais eminentes da primeira geração cristã com o trabalho de conversão dos gentios sem a circuncisão, o que poderia não ser tão óbvio tendo-se em conta alguns ocorridos relatados pelo próprio Paulo (cf. Gálatas 2,11-14). O discurso de Mileto é diferenciado: com ele, Lucas busca resumir, pela boca de Paulo, todo o seu ministério (“Servi ao Senhor com toda a humildade, com lágrimas, e no meio de provações [...] conjurando judeus e gregos ao arrependimento diante de Deus e à fé em Jesus, nosso Senhor.”) e o que ele prevê tanto para o seu futuro (“[...] o Espírito Santo me adverte dizendo que me aguardam cadeias e tribulações [...]”) quanto para o das comunidades (“Bem sei que, depois de minha partida, introduzir-se-ão entre vós lobos vorazes que não pouparão o rebanho.”), sob a liderança dos presbíteros-episcopos apontados por ele. Sinteticamente, neste discurso de Paulo, Lucas traça o que se espera de uma igreja e de suas lideranças, assim como provavelmente o que ocorre com ela em seu tempo (pessoas causando dissidências, possivelmente doutrinárias).<sup>11</sup>

Em terceiro lugar, devemos destacar a importância do público ao qual o discurso é destinado: os presbíteros de Éfeso. A importância, na verdade, é dupla. Primeiro, por serem presbíteros: Lucas deixa claro que somente estes Paulo convocou a Mileto para ouvir seu discurso de adeus, inclusive aparentemente desviando-se intencionalmente da metrópole da Ásia para não ter de se dirigir diretamente a toda a comunidade, o que poderia lhe custar o tempo que não tinha para chegar a Jerusalém antes do Pentecostes (Atos 20,16). É o discurso de um líder para outros líderes, ou melhor, do antigo líder (que, desde então, não estará mais presente) para os líderes que, a partir de então, serão perpétuos na comunidade.<sup>12</sup> Segundo, por serem presbíteros de Éfeso, a maior metrópole da Ásia e foco da maior parcela da narrativa missionária sobre Paulo (19,1-20,1). O fato de seu discurso ser dirigido justamente aos líderes desta comunidade tão importante no cenário do primeiro século torna possível pensar que Lucas os coloque como representação de todos os presbíteros das

---

<sup>11</sup> Fitzmyer nota que a figura do lobo é muito utilizada na literatura judaica e cristã para designar falsos profetas (FITZMYER, 2010, p. 680). Trebilco faz uma análise pormenorizada deste trecho em Trebilco (2007, p 189-195).

<sup>12</sup> Deve-se notar, pelos motivos anteriormente citados, que o protótipo para o discurso de Mileto, a saber, o discurso de Jesus a seus apóstolos na ceia pascal (Lucas 22,24-38), também possui o caráter do antigo líder admoestando os futuros, abordando temas como a hierarquia (ou sua inexistência; 22,24-27), a natureza da liderança (22,28-30), o papel de Pedro (22,31-34) e as novas disposições em um ambiente hostil (22,35-38).

igrejas fundadas por Paulo, recebendo a última admoestação por parte de seu fundador (TREBILCO, 2007, p. 177).

Em quarto lugar, pelo próprio gênero literário ao qual pertence o discurso. Uma das características dos discursos de adeus antigos é o fato de o interlocutor passar instruções àqueles que devem sucedê-lo, baseando-se em seu próprio exemplo de conduta (FITZMYER, 2010, p. 674; TREBILCO, 2007, p. 176-177). No caso, o apóstolo toma a si mesmo como exemplo que os seus ouvintes, os presbíteros, devem seguir, em sua função permanente de “apascentar a Igreja de Deus”. Esse ponto específico será particularmente importante na análise do documento, motivo pelo qual me deterei nele de forma pormenorizada mais à frente.

Se, portanto, neste discurso dos Atos Lucas visa traçar qual o legado paulino deixado aos presbíteros-episcopos, o que se espera deles, segundo a narrativa? Após resumir sua carreira apostólica, o Paulo lucano diz aos seus ouvintes que estes devem estar “atentos” a si mesmos e ao rebanho, pois para este último foram constituídos “supervisores” (ἐπισκόπους), de modo a apascentá-lo. A referência pastoral é importante. Já vimos anteriormente que Rapp parece dar-lhe um sentido administrativo, uma evidência da autoridade pragmática episcopal primitiva. No entanto, o tema do pastoreio na obra lucana não comporta esse sentido. O seu modelo de pastor aparece rapidamente na primeira parte de sua obra, quando Jesus pronuncia a famosa parábola da ovelha perdida (Lucas 15,4-7), buscada pelo pastor exemplar, que abandona todas as outras noventa e nove em prol de seu empreendimento. Nesta parábola, a ovelha perdida aparece como um símbolo do pecador que se afasta da comunidade, por conta de sua vida desregrada. O pastor vai atrás dela, de modo a conduzi-la de volta, não somente à comunidade, mas principalmente à vida digna do Evangelho. É certo que a parábola, em sua colocação textual no Evangelho, está tratando do tema da misericórdia de Deus (KARRIS, 2011, p. 280), mas deve-se sempre lembrar o objetivo do documento, que é o de confirmar o ensinamento recebido pelos leitores (Lucas 1,4): se Deus, em sua misericórdia, preocupa-se em buscar a ovelha perdida, quanto mais os presbíteros-episcopos, que são instruídos por Paulo a “apascentar” (ποιμαίνειν), devem ter a mesma preocupação dentro da comunidade. Portanto, neste ponto da obra de Lucas, o modelo de apascentamento está vinculado implicitamente à

oralidade, à exortação que o pastor deve fazer aos elementos “perdidos” de sua comunidade.<sup>13</sup>

Por outro lado, o próprio discurso de Paulo apresenta um dos combates que os presbíteros-episcopos teriam de travar. De fato, dentre eles mesmos surgiriam “lobos vorazes”, ou seja, portadores de uma doutrina considerada incompatível com o Evangelho transmitido pelo apóstolo. De uma forma ou de outra, nesse trecho dos Atos o mandato dos “pastores” está estreitamente vinculado ao ensino e à exortação, ou seja, a uma espécie de autoridade oral, que não deixa qualquer evidência de vínculo com alguma atividade concreta, como a de dividir os bens comunitários ou de cuidar do sustento de certas partes da comunidade, como as viúvas, por exemplo. Pelo contrário, a própria profecia paulina do aparecimento de dissidentes entre os presbíteros deixa transparecer a responsabilidade doutrinal, e não pragmática, que lhes cabe.

Contudo, outro trecho do discurso poderia dar abertura à tese de Rapp. Ao final de sua fala, Paulo diz aos seus ouvintes: “De resto, não cobicei prata, ouro, ou vestes de ninguém [...]” (Atos 20,33). Poderia ser argumentado que esta frase de Paulo é dirigida àqueles dirigentes que, em sua responsabilidade de administrar os bens comunitários, estariam dispostos a desviar parte deles para favorecer a si próprios. No entanto, nada no trecho confirma tal tese. De fato, o que Paulo diz logo a seguir guia-nos para outra conclusão: o objetivo de Lucas ao destacar este ponto é o de reforçar, a modelo do apóstolo exemplar, a necessidade de os ministros eclesiásticos não dependerem do sustento de suas comunidades, buscando trabalhar com suas próprias mãos (Atos 20,34; Paulo trabalha como fabricante de tendas em Corinto, 18,3). De fato, mais tarde, nas primeiras décadas do século II, a carta de Inácio de Antioquia a Policarpo de Esmirna exortará o seu destinatário, bispo da Igreja de sua cidade, a evitar as más profissões e a pregar contra elas, dando a entender que à sua época o bispo possuía ainda uma profissão à parte de sua função eclesiástica (Policarpo 5,1).

De outra parte, o exemplo de Paulo nos traz à questão, já citada anteriormente, da consideração do gênero literário do discurso e suas

---

<sup>13</sup> Neste ponto, o próprio Jesus surge como exemplo. Os episódios famosos que envolvem a pecadora anônima (7,36-50) e o publicano Zaqueu (19,1-10) são consequência de toda a ação exortativa pública do nazareno. É interessante notar também que em outro documento em que a parábola é relatada, o Evangelho de Mateus, ela é inserida em uma seção narrativa visando a instrução dos cristãos quanto à vida comunitária (Mateus 18,12-14).

consequências para o presente estudo. Joseph Fitzmeyer sintetiza-o da seguinte forma:

O discurso de adeus é uma forma literária bem conhecida: um discurso feito em uma cena de separação (partida, morte) que relembra o trabalho feito, menciona a situação presente, *aponta sucessores para o futuro*, exorta à fidelidade, e lembra os ouvintes que o orador provavelmente não os verá novamente” (FITZMEYER, 1998, p. 674, tradução livre, grifo meu).

Já vimos que, neste gênero discursivo, o interlocutor toma a si mesmo como exemplo a ser seguido por seus sucessores. Ora, em Atos 14,14 tanto Paulo como seu companheiro de missão, Barnabé, são chamados de “apóstolos” (οἱ ἀπόστολοι), seguindo a denominação que o próprio Paulo usava para seu ministério em todas as suas cartas (Ex.: Romanos 1,1; 1 Coríntios 1,1; Gálatas 1,1; defesa contundente de seu apostolado em 2 Coríntios 12,11-15). O que caracteriza um apóstolo para Lucas, para que saibamos o que o discurso de Paulo pretende prescrever aos presbíteros-episcopos? Para respondermos esta questão, devemos nos atentar a uma passagem fundamental dos Atos, anterior ao relato da conversão do apóstolo dos gentios.

No capítulo 6 é relatado um conflito na quase utópica comunidade cristã de Jerusalém. Pouco antes, Lucas relatara como os cristãos desta cidade colocavam todos os bens em comum, dispendo-os “aos pés dos apóstolos”, de modo que fossem redistribuídos aos mais necessitados (4,32-35). Pois bem, em determinado momento, os cristãos judeus helenistas se põem diante dos Doze primeiros apóstolos, responsáveis pelo governo da Igreja, e reclamam da falta de equidade da referida redistribuição, uma vez que suas viúvas “eram esquecidas”. Os Doze ficam incomodados com a situação e sua resposta se mostra fundamental na elucidação de nossa questão (6,2-4): “Não é conveniente que abandonemos a Palavra de Deus *para servir as mesas*. Procurai, antes, entre vós, irmãos, sete homens de boa reputação, repletos do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos desta tarefa. Quanto a nós, *permaneceremos assíduos à oração e ao ministério da Palavra* (τῆ προσευχῆ καὶ τῆ διακονίᾳ τοῦ λόγου)”. Os apóstolos abandonam qualquer função concreta de divisão de bens para focar-se apenas no ministério oral, por meio da oração comunitária e do ensinamento. A partir de então, Lucas se preocupará em nunca retratar Paulo de modo alheio a esse modelo de apostolado. Nunca, em

sua narrativa, este é representado cuidando da distribuição de bens nas comunidades por ele fundadas, mas apenas exortando-os (14,22; 20,1-2). Mesmo a coleta de dinheiro em favor da Igreja de Jerusalém, motivo principal de sua última viagem a esta cidade (ver Romanos 15,25-26; 1 Coríntios 16,1-4; 2 Coríntios 9,1), é omitida pelo autor logo antes do discurso estudado neste artigo (Lucas diz apenas que o apóstolo se apressava para chegar antes de Pentecostes [20,16] e que para lá ia “acorrentado pelo Espírito” [20,22]). O ministério apostólico, portanto, apresenta-se nos Atos vinculado não a uma função pragmática, para usarmos o conceito de Rapp, mas sim à oralidade, e é este aspecto do apostolado que Paulo transmite aos presbíteros em Mileto, seguindo seu exemplo: “dar testemunho da graça de Deus” (20,24), anunciando, ensinando e conjurando ao “arrepentimento diante de Deus e à fé em Jesus” (20,20-21).

Para Lucas, portanto, os presbíteros-episcopos das igrejas paulinas não guardam funções que não as que tangem a vivência espiritual, recebendo do próprio apóstolo Paulo esta função, em uma espécie de sucessão (embora Lucas não defenda explicitamente em nenhum momento o que depois será conhecido como “doutrina da sucessão apostólica”, formulada em grande parte por Hegésipo e Irineu de Lyon no século II d.C.). A esses líderes comunitários não é conferida a missão de administrar os bens comunitários. Na verdade, Lucas não deixa claro quem são os responsáveis por essas funções nas igrejas fundadas por Paulo. Não há um sucessor claro e evidente dos Sete de Jerusalém (Atos 6,1-6), mas o autor esforça-se por instruir os episcopos, por meio da boca de Paulo, a zelarem pela unidade do “rebanho”, vigiando para que desvios doutrinários não se instalem em seu meio. Devem dedicar-se à exortação, e cuidar da oração e do “ministério da palavra” (Atos 6,4), mas em nenhum momento lhes é designada a missão de “servir às mesas” (Atos 6,2). Este ponto é particularmente importante ao lembrarmos que o objetivo principal de Lucas é, antes de tudo, levar Teófilo e outros leitores a verificar a solidez dos ensinamentos que receberam (Lucas 1,4). Por meio de sua obra, o autor visa confirmar aos fiéis uma série de ensinamentos fundamentais para sua vida dentro da comunidade, e a forma como devem enxergar a função das lideranças constituídas pelos apóstolos não se encontra entre os menos importantes.

Questionando, portanto, os Atos dos Apóstolos, temos uma caracterização do episcopado cristão primitivo bem diversa daquela apresentada por Claudia Rapp em sua obra. Mesmo quando é dito que os presbíteros de Jerusalém recebem uma doação pelas mãos de Barnabé e Paulo (11,30), nada nos obriga a enxergar aqui uma função de repartir a doação entre os necessitados de sua comunidade, bastando notarmos que aqui eles agem simplesmente como representantes de sua igreja assim como os de Éfeso diante de seu fundador em Mileto. É necessário, contudo, repetir o que foi dito inicialmente: não se trata de afirmar que os presbíteros-episcopos do primeiro século não exerciam qualquer função na administração financeira (algo plenamente corroborado por outras fontes, como a anteriormente citada Primeira Carta de Paulo a Timóteo), mas sim de demonstrar que tal configuração da função episcopal não é tão universalmente afirmada pela documentação cristã do primeiro século depois de Cristo quanto Claudia Rapp faz parecer em seu texto. Certo é que seu aparato teórico é muito útil para o estudo do episcopado cristão antigo. No entanto, considerando-se que o foco de seu trabalho não é o primeiro século, faz-se necessário avançar os estudos nesta área por meio da análise profunda e comparada de toda documentação cristã e não cristã então produzida. Tarefa muito complexa, diga-se de passagem, mas, justamente por isso, muito útil para a compreensão histórica de um período tão obscuro, segundo a caracterização de Frend.

## **Bibliografia**

BÍBLIA. Português. Trad. Da École Biblique de Jerusalém. *Bíblia de Jerusalém revista e ampliada*. São Paulo: Editora Paulus, 2002.

CHADWICK, Henry. *The Early Church*. Londres: Penguin Books, 1967.

DILLON, Richard J. Atos dos Apóstolos. In: BROWN, Raymond E., FITZMYER, Joseph A. e MURPHY, Roland E. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos*. São Paulo: Academia Cristã e Editora Paulus, 2011.

EHRMAN, Bart D. *The Apostolic Fathers: I Clement, II Clement, Ignatius, Polycarp and Didache*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2003.

FREND, W. H. C.. *The Early Church*. Minneapolis: Fortress Press, 1991.

\_\_\_\_\_ *The Rise of Christianity*. Minneapolis: Fortress Press, 1985.

FITZMEYER, Joseph A.. *The acts of the Apostles: A new translation with introduction and commentary*. Londres: Yale University Press, 2010.

\_\_\_\_\_ *The Gospel according to Luke I-IX: Introduction, translation and notes*. Londres: Yale University Press, 2009.

\_\_\_\_\_ *The Gospel according to Luke X-XXIV: Introduction, translation and notes*. New Haven: Yale University Press, 2005.

HERRON, Thomas J. *Clement and the Early Church of Rome*. Steubenville, Ohio: Emmaus Road Publishing, 2008.

JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém no tempo de Jesus: Pesquisas de história econômico-social no período neotestamentário*. Santo André: Paulus e Academia Cristã, 2010.

KARRIS, Robert J. O Evangelho segundo Lucas. In: BROWN, Raymond E., FITZMYER, Joseph A. e MURPHY, Roland E. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos*. São Paulo: Academia Cristã e Editora Paulus, 2011.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento: 2. História e literatura do cristianismo primitivo*. 1. Ed. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

MARGUERAT, Daniel. *A primeira história do cristianismo: Os Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Editora Paulus e Editora Loyola, 2003.

RAPP, Claudia. *Holy Bishops in Late Antiquity: The Nature of Christian Leadership in an Age of Transition*. Londres: University of California Press, 2005.

TREBILCO, Paul. *The Early Christians in Ephesus From Paul to Ignatius*. Grand Rapids/Cambridge: Eerdmans, 2007.

WILD, Robert A. As Cartas Pastorais. In: BROWN, Raymond E., FITZMYER, Joseph A. e MURPHY, Roland E. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos*. São Paulo: Academia Cristã e Editora Paulus, 2011.